

# Evidence Previdência S.A.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1,2% em 2019 frente a 2018, e projeta que a economia deverá acelerar gradualmente seu ritmo de crescimento e registrar expansão de 2,3% em 2020. Ao final, na visão da Evidence, a combinação das situações internacional e doméstica acabou sendo favorável aos preços dos ativos no quarto trimestre, inclusive da taxa de câmbio que encerrou o período em patamar inferior ao observado no final do terceiro trimestre - R\$0,03/US\$ versus R\$4,16/US\$. Ademais, a Evidence testemunhou o mercado de ações apresentar desempenho positivo com o índice Ibovespa tendo avançado para o nível de 115.645,3 pontos frente aos 104.745,3 pontos na mesma comparação anterior - reforçando a percepção de que os desdobramentos do ambiente doméstico darão suporte a uma melhora no desempenho.

Mais ainda, a Evidence entende que a redução observada no patamar do risco de crédito brasileiro indicou maior confiança quanto à materialização de novas reformas estruturais que possam garantir a sustentabilidade do endividamento público brasileiro. Inclusive, diante deste quadro, a agência de classificação de risco de crédito Standard & Poor's alterou sua perspectiva quanto à atual posição ocupada pelo Brasil em seu ranking, com possibilidade de melhora desta colocação. Assim, enquanto a Evidence observou o credit default swap para o prazo de 5 anos encerrar o terceiro trimestre em 136,5 pontos, esta mesma medida de risco de crédito encerrou dezembro no patamar de 99,5 pontos base - o mais baixo encerramento de trimestre desde junho de 2007. Isto é, ainda que a Evidence reconheça a influência dos eventos internacionais na dinâmica cambial, a Evidence entende que os acontecimentos domésticos poderão conter pressões sobre a taxa de câmbio e leva-la a encerrar o ano de 2020 no patamar de R\$0,04/US\$.

Por fim, a Evidence também considera que a continuidade do processo de redução da taxa básica de juros promovida pelo Banco Central do Brasil no quarto trimestre é outra evidência que dá suporte a esta visão de que o país passa atualmente por mudanças estruturais que possibilitarão voltar a crescer mais aceleradamente e sem pressões inflacionárias. Aliás, com as expectativas de inflação dos agentes econômicos para os próximos anos mantiverem-se ancoradas às metas estipuladas pelo Conselho Monetário Nacional, a autoridade monetária nacional não apenas reduziu a meta da taxa Selic de 5,50% a.a. para 4,50% a.a., como apontou haver ainda espaço para eventuais novas reduções - caso este ambiente inflacionário bastante propício se concretize. Neste sentido, dado que a projeção da Evidence para a inflação em 2020 - 3,4% - indica resultado bem abaixo do objetivo estabelecido para este mesmo ano - 4,00% - a Evidence projeta que a taxa Selic possa atingir o nível mínimo histórico de 4,00% a.a. no primeiro trimestre de 2020 e permanecer neste patamar ao longo do ano.

### Desempenho Econômico-Financeiro

A Evidence atingiu no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, um lucro líquido no valor de R\$122 milhões (2018 - prejuízo no valor de R\$75 milhões), patrimônio líquido de R\$811 milhões (31/12/2018 - R\$208 milhões) e provisões técnicas de previdência complementar de R\$1,9 bilhões (31/12/2018 - R\$1,8 bilhões).

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativo Circulante</b>		<b>2.381.959</b>	<b>1.828.998</b>
<b>Disponível</b>	<b>4&amp;14.c</b>	<b>1.052.288</b>	<b>288</b>
Caixa e Bancos		1.052.288	288
<b>Aplicações</b>	<b>5</b>	<b>2.335.435</b>	<b>1.785.318</b>
Títulos de Renda Fixa		2.188.058	1.774.894
Cotas de Fundo de Investimento		147.377	10.424
<b>Créditos das Operações com Previdência Complementar</b>		<b>178</b>	<b>176</b>
Valores a Receber		178	176
<b>Títulos e Créditos a Receber</b>		<b>45.294</b>	<b>43.216</b>
Títulos e Créditos a Receber		-	43
Créditos Tributários e Previdenciários	6	45.294	43.173
<b>Ativo não Circulante</b>		<b>470.171</b>	<b>242.643</b>
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>		<b>470.171</b>	<b>242.643</b>
<b>Aplicações</b>	<b>5</b>	<b>411.051</b>	<b>242.567</b>
Títulos de Renda Fixa		411.051	242.567
<b>Títulos e Créditos a Receber</b>		<b>59.120</b>	<b>76</b>
Créditos Tributários e Previdenciários	6&13.a	59.120	76

Total do Ativo **2.852.130** **2.071.641**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Capital Social	Aumento de Capital em Aprovação	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2017</b>		<b>250.000</b>	-	<b>2.199</b>	<b>30.056</b>	<b>543</b>	-	<b>282.798</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		-	-	-	-	14	-	14
Prejuízo do Exercício		-	-	-	-	(74.767)	-	(74.767)
Absorção de Prejuízo pelas Reservas de Lucros		-	-	(2.199)	(30.056)	32.255	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2018</b>		<b>250.000</b>	-	-	-	<b>557</b>	<b>(42.512)</b>	<b>208.045</b>
Integralização de Capital	9.a	200.000	-	-	-	-	200.000	200.000
Aumento de Capital em Aprovação	9.a	-	300.000	-	-	-	300.000	300.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		-	-	-	-	(117)	-	(117)
Lucro Líquido		-	-	-	-	122.041	122.041	122.041
Destinações		-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	9.b	-	-	-	-	(18.890)	(18.890)	(18.890)
Reserva Legal	9.c	-	-	3.976	-	(3.976)	-	-
Reservas Estatutárias	9.d	-	-	-	56.663	(56.663)	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2019</b>		<b>450.000</b>	<b>300.000</b>	<b>3.976</b>	<b>56.663</b>	<b>440</b>	-	<b>811.079</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**1. Contexto Operacional**  
A Evidence Previdência S.A. (Evidence ou Companhia), subsidiária integral da Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap) (Nota 14.b), é uma sociedade por ações com duração por prazo indeterminado, com sede social na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235, 22º Andar - Bloco A (Parte) - Vila Olímpia - São Paulo - SP, integrante do Conglomerado Santander e que tem como objeto social a instituição e operação de planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas. As operações da Evidence são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander). Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutabilidade. No âmbito operacional, a Evidence possui por finalidade exclusiva administrar carteira de planos de previdência complementar denominados "Tradicionais - Fundos Garantidores de Benefícios (FGB)", sendo certo que a referida carteira se encontra em fase de esvaziamento (runoff). A carteira FGB está encerrada para comercialização e não faz parte da estratégia da Evidence comercializar novos planos.

Diante do crescente desequilíbrio econômico financeiro dos contratos de FGB e minuciosa revisão de toda a Carteira, a qual foi pautada em estudos técnicos e jurídicos, a Diretoria Executiva da Evidence aprovou plano de ação para equalização da Companhia e autorizou processo de comunicação aos clientes.

### 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Evidence foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP 517 de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores, que entrou em vigor a partir da data de sua publicação no dia 11 de agosto de 2015, que instituiu o novo plano de contas, a possibilidade de escolha entre o método direto ou indireto do fluxo de caixa e o modelo de publicação das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram autorizadas pela Diretoria Executiva na reunião realizada em 26 de fevereiro de 2020.

### a) Normas e Interpretações que Entrarão em Vigor após 31 de dezembro de 2019

Na data de preparação destas demonstrações financeiras, as seguintes normas e interpretações que possuem data de adoção efetiva após 31 de dezembro de 2019 e ainda não foram adotadas pela Evidence são:

#### CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9)

Este novo pronunciamento ainda não foi referendado pela SUSEP. Adicionalmente, o pronunciamento concedeu para as entidades que tem atividade preponderante de seguros uma isenção temporária para aplicação desta norma, visando implantar estas mudanças em conjunto com o novo pronunciamento sobre contratos de seguros "CPC 11 - Contratos de Seguros (IFRS 17).

#### SCB 06 (R2) - Contratos de Leasing (IFRS 16)

Emita em janeiro de 2016, com data de aplicação obrigatória pelo IASB a partir de 1 de janeiro de 2019, este CPC ainda não teve aprovação pela SUSEP.

Esta norma contém uma nova abordagem para os contratos de leasing, que requer ao arrendatário reconhecer ativos e passivos pelos direitos e obrigações criados pelo contrato. Assim sendo, primeiramente a entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O contrato é, ou contém um arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Evidence não possui contratos de arrendamento.

#### CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS 17)

O IFRS 17 visa substituir o IFRS 4 e tem como data de implementação 1 de janeiro de 2021. Esta norma tem o objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, afim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo. Este pronunciamento não afetará o IFRS 4 e seus impactos de adoção estão sendo avaliados.

#### b) Estimativas Contábeis

Os resultados e a determinação do patrimônio são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos Administradores da Evidence na elaboração das demonstrações financeiras. A Evidence faz estimativas e utiliza premissas que podem impactar os valores informados de ativos e passivos dos próximos exercícios. Todas as estimativas e suposições requeridas são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável e se referem, basicamente, aos seguintes fatores:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros são discutidos na Nota 3-e;
  - Redução ao valor recuperável de ativos - constituída para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos a receber são discutidos na Nota 3-g;
  - Provisões técnicas relacionadas às atividades de previdência são discutidas na Nota 3-h;
  - Teste de adequação do passivo (TAP) que são apresentados na Nota 3-k e
  - Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são discutidos na Nota 3-m.
- As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:
- Mudanças nas taxas de juros;
  - Mudanças nos índices de inflação;
  - Regulamentação governamental e questões fiscais;
  - Processos ou disputas judiciais e administrativas adversas;
  - Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de seguros e previdência;
  - Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro;
  - Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional; e
  - Mudanças no comportamento da carteira no que se refere a mortalidade, sobrevivência e invalidez.

### 3. Principais Políticas Contábeis

#### a) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras da Evidence estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação.

#### b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência. As contribuições de planos previdenciários são reconhecidas no resultado quando do seu efetivo recebimento, exceto com relação às contribuições de riscos, que são reconhecidas pelo início da vigência do risco.

#### c) Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, contemplam as variações monetárias e não monetárias dos rendimentos e encargos auferidos ou decorrentes do exercício do risco. Os rendimentos e encargos previstos são demonstrados como reduções dos ativos e passivos a que se referem. Quando aplicável, são constituídas provisões para redução dos ativos ao valor de mercado ou de provável realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante.

#### d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins de demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações financeiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

	Notas Explicativas	31/12/2019	31/12/2018
<b>Passivo Circulante</b>		<b>1.209.681</b>	<b>1.229.600</b>
<b>Contas a Pagar</b>		<b>30.852</b>	<b>1.242</b>
Obrigações a Pagar		19.278	104
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		4.546	547
Impostos e Contribuições		6.168	-
Outras Contas a Pagar		860	591
<b>Débitos das Operações com Previdência Complementar</b>		<b>5</b>	<b>-</b>
Contribuições a Restituir		5	-
<b>Depósitos de Terceiros</b>		<b>79</b>	<b>-</b>
<b>Provisões Técnicas - Previdência Complementar</b>	<b>8</b>	<b>1.178.736</b>	<b>1.228.358</b>
<b>Planos não Bloqueados</b>		<b>1.178.736</b>	<b>1.228.358</b>
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBAC		1.165.277	1.226.274
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNB		87	87
Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL		200	120
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR		183	222
Outras Provisões		12.989	1.655
<b>Outros Débitos</b>		<b>9</b>	<b>-</b>
Provisões Judiciais		9	-
<b>Passivo não Circulante</b>		<b>831.370</b>	<b>633.996</b>
<b>Contas a Pagar</b>		<b>107.278</b>	<b>64.264</b>
Tributos Diferidos	13.d	107.278	64.264
<b>Provisões Técnicas - Previdência Complementar</b>	<b>8</b>	<b>722.984</b>	<b>568.650</b>
<b>Planos não Bloqueados</b>		<b>722.984</b>	<b>568.650</b>
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos - PMBC		362.672	348.679
Provisão de Excedente Financeiro - PEF		2.089	3.496
Outras Provisões		358.223	216.475
<b>Outros Débitos</b>		<b>1.108</b>	<b>1.082</b>
Provisões Judiciais		1.108	1.082
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>9</b>	<b>811.079</b>	<b>208.045</b>
Capital Social		450.000	250.000
Aumento de Capital em Aprovação		300.000	-
Reservas de Lucros		60.639	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		440	557
Prejuízos Acumulados		-	(42.512)
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>2.852.130</b>	<b>2.071.641</b>

Total do Passivo e Patrimônio Líquido **2.852.130** **2.071.641**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas têm direito a receber em cada exercício, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, de no mínimo 1%.

A Assembleia Geral poderá, de acordo com proposta da Diretoria, destinar à formação de Reserva para Equalização de Dividendos, que será limitada a 100% do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo que, uma vez atingido esse limite, poderá deliberar sobre o saldo, procedendo a sua distribuição aos acionistas ou ao aumento do capital social; e/ou retirar parcela dos lucros visando atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em orçamento geral da Evidence. O limite destinado para a formação da reserva para equalização de dividendos, foi alterado de 50% para 100% do valor do capital social, na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de março de 2018. Os lucros não destinados deverão ser distribuídos como dividendos.

### Perspectivas

A Evidence manterá o contínuo foco na qualidade de atendimento aos clientes, na gestão de custos operativos e na qualidade e solidez do balanço. A principal estratégia é a manutenção dos negócios através da qualidade nos serviços que contribuem de maneira positiva com nossos clientes, acionistas e com o desenvolvimento do mercado brasileiro de Previdência Complementar.

A política de atuação da Evidence na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. A Evidence informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram prestados por PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Demonstrações Financeiras.

Ademais, a Evidence confirma que a PricewaterhouseCoopers dispôs de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

### Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e parceiros de negócios pela confiança em nossa administração, pela sua decisiva contribuição para a conquista dos resultados da Evidence. São Paulo, 26 de fevereiro de 2020.

### A Diretoria Executiva

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Notas Explicativas	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	
Contribuições para Cobertura de Riscos		1.922	2.012	
Variações das Provisões Técnicas de Prêmios		(1)	4	
<b>Prêmios Ganhos</b>		<b>1.921</b>	<b>2.016</b>	
Despesas com Resseguros		(25)	(2.383)	
Sinistros Ocorridos		(2.242)	20.458	
Variáveis de Contribuições e Prêmios		18.289	20.458	
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder		(12.462)	(10.712)	
<b>Receitas de Contribuições e Prêmios de VGBL</b>		<b>5.827</b>	<b>9.746</b>	
Varição de Outras Provisões Técnicas		(141.747)	(85.358)	
Outras Receitas e Despesas Operacionais		(92)	(102)	
Despesas Administrativas	10	(3.466)	(2.691)	
Despesas com Tributos	11	(13.934)	(7.794)	
Resultado Financeiro	12	260.869	59.112	
<b>Resultado Operacional</b>		<b>106.254</b>	<b>(27.454)</b>	
<b>Resultado antes dos Impostos</b>		<b>106.254</b>	<b>(27.454)</b>	
Imposto de Renda		9.876	(29.561)	
Contribuição Social	13.f	5.911	(17.752)	
<b>Lucro Líquido (Prejuízo)</b>		<b>122.041</b>	<b>(74.767)</b>	
Nº de Ações (Mil)	9.a	42.819.554	12.591.172	
Lucro Líquido (Prejuízo) por Ação - R\$ (Mil)		0,0029	(0,0059)	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Notas Explicativas	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	
Lucro Líquido (Prejuízo)		122.041	(74.767)	
<b>Outras Receitas (Despesas) Reconhecidas</b>		<b>(117)</b>	<b>14</b>	
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Financeiros		-	-	
Disponíveis para Venda	5.c	(195)	23	
Efeitos Tributários sobre Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	13.e	78	(9)	
<b>Resultado Abrangente</b>		<b>121.924</b>	<b>(74.753)</b>	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Notas Explicativas	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	
<b>Atividades Operacionais</b>		<b>122.041</b>	<b>(74.767)</b>	
<b>Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício</b>		<b>(18.194)</b>	<b>45.706</b>	



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

As análises de sensibilidade foram efetuadas, de acordo com a norma Circular SUSEP 517/2015 e alterações posteriores, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente nossas posições:

**Cenário 1:** Choque de +10bps e -10bps em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco;

**Cenário 2:** Choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco; e

**Cenário 3:** Choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

### Gestão de Capital

A gestão do capital considera os níveis regulatórios e econômicos. O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente nos termos de custos e *compliance*, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas e expectativas dos investidores. O gerenciamento de capital inclui rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos.

A fim de gerir adequadamente o capital, é essencial estimar e analisar futuras necessidades, em antecipação das várias fases do ciclo de negócio. Projeções de capital regulatório e econômico são realizadas e baseadas em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados, etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pelo serviço de pesquisa econômica. Estas estimativas são utilizadas pela Evidence como referência para o plano de ações gerenciais necessários para atingir seus objetivos.

No que se refere às questões regulatórias, a Evidence adota os critérios de cálculo determinados para prover informações relevantes sobre a adequação de seu capital, considerando os seguintes conceitos:

- Patrimônio Líquido Ajustado: tem o objetivo de apurar de forma mais qualitativa e estrita os recursos próprios da Evidence possibilitando a execução de suas atividades diante de oscilações e situações adversas dos negócios. Calculado com base no patrimônio líquido contábil da Evidence que é ajustado conforme determinado na Resolução CNSP 321 de 2015 e alterações posteriores.
- Capital Mínimo Requerido (CMR): é o capital total que a Evidence deverá manter para operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco, conforme o Art. 65, III da Resolução CNSP 321 de 2015 e alterações posteriores.

Os demonstrativos analíticos com os cálculos de adequação do capital da Evidence estão demonstrados na Nota 9.

### Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Sinistros Ocorridos	Triângulo Acumulado de Desenvolvimento de Sinistros												Total
	Avisos no Mês de Ocorrência	Avisos Um Mês Depois	Avisos Dois Meses Depois	Avisos Três Meses Depois	Avisos Quatro Meses Depois	Avisos Cinco Meses Depois	Avisos Seis Meses Depois	Avisos Sete Meses Depois	Avisos Oito Meses Depois	Avisos Nove Meses Depois	Avisos Dez Meses Depois	Avisos em Dezembro de 2019	
Janeiro-2019	848	848	848	848	848	847	847	847	847	847	847	847	10.169
Fevereiro-2019	53	53	53	53	53	53	52	52	52	52	52	52	578
<b>Total</b>	<b>901</b>	<b>901</b>	<b>901</b>	<b>901</b>	<b>901</b>	<b>900</b>	<b>899</b>	<b>899</b>	<b>899</b>	<b>899</b>	<b>899</b>	<b>847</b>	<b>10.747</b>

Sinistros Pagos	Triângulo Acumulado de Pagamento de Sinistros												Total
	Avisos no Mês de Ocorrência	Avisos Um Mês Depois	Avisos Dois Meses Depois	Avisos Três Meses Depois	Avisos Quatro Meses Depois	Avisos Cinco Meses Depois	Avisos Seis Meses Depois	Avisos Sete Meses Depois	Avisos Oito Meses Depois	Avisos Nove Meses Depois	Avisos Dez Meses Depois	Avisos em Dezembro de 2019	
Janeiro-2019	853	853	853	853	853	853	853	892	892	892	892	892	10.430
Fevereiro -2019	853	853	853	853	853	853	853	892	892	892	892	892	-
Março -2019	853	853	853	853	853	853	853	892	892	892	892	-	-
Abril -2019	863	863	863	863	863	863	863	902	902	-	-	-	89
Mai -2019	863	863	863	863	863	863	863	902	-	-	-	-	-
Junho -2019	867	867	867	867	866	866	866	-	-	-	-	-	27
Julho -2019	867	867	867	867	866	866	-	-	-	-	-	-	-
Agosto -2019	867	867	867	867	866	-	-	-	-	-	-	-	-
Setembro -2019	867	867	867	867	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outubro -2019	867	867	867	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Novembro -2019	867	867	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dezembro -2019	867	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>867</b>	<b>867</b>	<b>867</b>	<b>867</b>	<b>866</b>	<b>866</b>	<b>866</b>	<b>902</b>	<b>902</b>	<b>892</b>	<b>892</b>	<b>892</b>	<b>10.546</b>

### 16. Outras Informações

A Companhia adotou a prerrogativa de aderir ao Comitê de Auditoria Único na instituição líder do Conglomerado Financeiro do Santander, nos termos do artigo 131 da Resolução CNSP 321/2015 e alterações posteriores. O resumo do relatório do referido comitê foi divulgado e publicado em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponível no endereço eletrônico [www.santander.com.br/ri](http://www.santander.com.br/ri).

### DIRETORIA EXECUTIVA

#### DIRETORA PRESIDENTE

Maria Lúcia Ettore do Valle

#### DIRETORES EXECUTIVOS

Amancio Acúrcio Gouveia

Marcio Giovannini

### CONTADOR

Leonardo Santicioli - CRC 1 SP-285213/O-3

### ATUÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Ricardo da Silva Santana - MIBA 2397

### DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO

Amancio Acúrcio Gouveia

## PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

### Aos Acionistas e Administradores da Evidence Previdência S.A.

#### Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, da solvência e dos limites de retenção da **Evidence Previdência S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2019 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

#### Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

#### Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Evidence Previdência S.A.** em 31 de dezembro de 2019, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

#### Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2020.

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.

Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino

São Paulo - SP - Brasil 05001-903

CNPJ 02.646.397/0001-19

CIBA 105

Carlos Eduardo Silva Teixeira

MIBA 729

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Evidence Previdência S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Evidence Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Evidence Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a

relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude

é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 26 de fevereiro de 2020

Maria José De Mula Cury  
Contadora CRC 1SP192785/O-4